

Duas letras fazem diferença

Categories : [Reportagens](#)

O trágico anúncio dos números do desmatamento na Amazônia veio com pelo menos uma notícia boa: o estado do Amazonas conseguiu reduzir em 39% a derrubada de florestas em relação ao índice de 2002-2003. Caiu de 1.734 para 1.054 quilômetros quadrados devastados. Perto do desempenho desastroso de Mato Grosso (que desmatou 20% a mais) e do Pará (que diminuiu seu índice em tímidos 2%), o maior estado brasileiro mostra que não há segredo nem fórmula mágica em seu bom resultado. O que salva a floresta no Amazonas é aquilo que todo mundo já conhece: unidades de conservação (UCs).

Mas para início de conversa, é preciso relativizar os números. “O Amazonas nunca foi um estado que tivesse altas taxas de desmatamento. A devastação sempre foi pequena se comparada aos vizinhos Pará e Mato Grosso”, avalia Adalberto Veríssimo, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Mesmo assim, o governo estadual está tentando evitar que se transforme na bola da vez. E a preocupação é legítima. A fronteira do desmatamento sobe rapidamente na direção do Amazonas.

Para frear a expansão da derrubada, as unidades de conservação estão sendo estrategicamente colocadas no caminho do desmatamento. Esse foi o caso do Mosaico do Apuí, região que reúne nove UCs num total de 3,1 milhões de hectares — a segunda maior área contínua protegida do país. Os resultados foram sentidos agora, neste último índice de desmatamento no estado. Nada mal.

Para a bióloga Rita Mesquita, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), esse tipo de política certamente gera um impacto negativo sobre a comercialização de terras públicas e o desmatamento, o que justifica, de dois anos pra cá, a criação de 16 novas unidades estaduais. “É uma surpresa agradável ver este governo priorizando as UCs. Esta é uma situação única entre os outros estados da bacia amazônica”, diz. Mas, antes de comemorar, Rita ressalta: “Não adianta criar as UCs sem uma boa articulação junto às comunidades”. A bióloga, que também é chefe do departamento de programas especiais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, exemplifica: “Quando começamos a atuar de modo mais próximo à comunidade da região de Apuí, percebemos que existia uma Floresta Nacional (Flona) ali desde 2002, mas sequer o município tinha conhecimento dela. Quando as pessoas têm uma visão espacial de onde estão as UCs, reconhecem melhor o seu papel na vida de cada um”, conta. Isso é o que Rita chama de regionalização do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) – o que, segundo ela, tem garantido apoio popular.

O secretário de Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Maurício Viana, é taxativo ao explicar a queda tão acentuada do índice de desmatamento no estado: “Esses são os frutos da nossa política de uso sustentável da floresta, o Programa Zona Franca Verde”. De acordo com Viana, o

plano vai além do investimento na fiscalização e é acompanhado por instrumentos locais de desenvolvimento. “Nos últimos dois anos, já licenciamos mais de 250 planos de manejo de pequena escala, o que ultrapassa todos os outros estados da Amazônia juntos”, vangloria-se.

O governo federal, que prometeu mais uma vez diminuir o índice de desmatamento este ano, tentou não ficar para trás. Em 2004, criou no estado a reserva extrativista de Capanã Grande e, em 2005, a de Riozinho da Liberdade (que faz divisa com o Acre), além da Flona de Balata-Tufari. “A existência tão recente dessas novas unidades ainda não influenciou os números do desflorestamento, por isso o desempenho do Amazonas pode ser ainda melhor no período 2004-2005”, prevê Veríssimo. O governo do estado também não quer perder o embalo de continuar ampliando suas áreas protegidas. Mais três novas UCs devem ser anunciadas na primeira semana de junho. Afinal, em time que está ganhando não se mexe.